

## 7

# O ACORDO DO BRASIL COM A ARGENTINA SOBRE A DÍVIDA\*

Após a eclosão da crise internacional da dívida em 1982, os credores do mundo todo se prepararam para o pior: um cartel por parte dos devedores. Talvez não houvesse fantasma mais assustador do que o repúdio, em uníssono, dos países pobres aos empréstimos em multibilhões de dólares devidos aos países ricos, impelindo assim o sistema financeiro global para o caos.

Mas, seis anos mais tarde, o cartel de devedores permanece um mero espantalho de bancos, uma idéia murmurada nos bastidores das reuniões de cúpula do Terceiro Mundo, mas nunca materializada como um corpo com conteúdo e forma política.

Entretanto, segundo revelações recentes de um ex-ministro da Fazenda do Brasil, o indizível quase acontece. O enredo foi criado por Luiz Carlos Bresser Pereira, que ocupou por um curto espaço de tempo o Ministério da Fazenda do Brasil em 1987, e seu colega Juan Sourrouille, ministro da Economia da Argentina. Os dois ministros deram o toque final ao plano num almoço em Acapulco, em novembro de 1987, quando os presidentes latino-americanos estavam publicamente se irritando com suas sociedades corroídas pela dívida.

O plano, que deveria ser simultaneamente anunciado em Buenos Aires e Brasília, exigia uma decisão unilateral dos países pa-

\* Reportagem de Mar Margolis, no *Washington Post*, de 12.11.1988.

ra abandonar as negociações convencionais da dívida, e declarar um teto sobre os pagamentos e ditar os termos e prazos de repagamento.

Juntos, os dois países sul-americanos devem aos credores externos US\$ 170 bilhões, 40% da dívida global da América Latina.

Bresser falou pela primeira vez sobre o plano numa entrevista publicada em novembro (1988) na *Gazeta Mercantil*, um jornal brasileiro sobre finanças. Não falou antes, quando saiu do Ministério da Fazenda, “porque poderia prejudicar a Argentina”.

Segundo Bresser, o presidente do Brasil, José Sarney, e o presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, aprovaram pessoalmente o plano, e até decidiram sobre a data em que deveria ser anunciado: logo após 29 de janeiro de 1988, prazo que o Brasil havia estabelecido para as negociações finais sobre a dívida com os bancos credores, que haviam se prolongado durante meses sem qualquer conclusão.

“O presidente Sarney sempre me apoiou neste plano. Não só me apoiou como muitas vezes pediu-me mais informações e detalhes”, disse Bresser numa entrevista telefônica. “Ele concordou que a data deveria ser após 29 de janeiro, caso os bancos ainda não tivessem chegado a um acordo sobre a nossa proposta para a dívida”.

Um porta-voz da presidência do Brasil disse ontem que o presidente Sarney “não tinha conhecimento” de tal plano e não fez nenhum comentário sobre as afirmações de Bresser.

Na Argentina, funcionários também negaram acordo sobre o plano.

Daniel Marx, principal representante financeiro da Argentina nos Estados Unidos, disse em Buenos Aires que “nunca houve tal pacto” e que estava “surpreso” com as observações de Bresser. Roberto Frenkel, principal assessor econômico de Sorrouille, disse que os relatos constituíam um *nonsense*.

No entanto, fontes dentro do governo brasileiro disseram que Sarney estava informado sobre o plano, e confirmaram as discussões no México sobre uma estratégia mais radical para o problema da dívida.

“Àquela altura, o presidente via algumas perspectivas de sucesso da forma (tradicional) negociação da dívida. Os dois presidentes autorizaram a continuação das discussões sobre o assunto, mas Sarney nunca deu sua aprovação”, disse uma fonte em Brasília.

Segundo Bresser, a estratégia exigia que o Brasil e a Argentina enviassem telex em separado para cada banco credor anuncian-

do a série de medidas. Primeiro, dispensava o comitê assessor dos bancos, órgão que coordenava as negociações com os credores para o assunto da dívida. O comitê, disse Bresser, é o agente “do cartel dos bancos” e opera com “despesas pagas pelos países devedores”. Em vez disso, os dois devedores continuariam negociando separadamente com cada banco credor.

Segundo, o plano limitaria os pagamentos da dívida a níveis compatíveis com a manutenção de uma taxa de crescimento econômico de 6% ao ano.”

Terceiro, e mais importante, o plano implicava a redução unilateral do valor devido aos bancos comerciais a longo prazo (cerca de 70 bilhões de dólares). A redução deveria ser de 40 a 50%, correspondendo ao “desconto” oferecido sobre o papel em circulação da dívida brasileira no conhecido mercado secundário. A teoria era que se os empréstimos brasileiros valiam realmente metade do valor de face, o Brasil teria de pagar de volta somente a metade. Em vez de pedir aos bancos novos fundos para efetuar o pagamento dos juros sobre a dívida, Bresser explicou, “eu queria liquidar o assunto de uma vez por todas” através de uma redução no pagamento dos serviços da dívida, “de forma a tornar o pagamento do serviço da dívida compatível com o crescimento e estabilidade de preços no Brasil”.

“O mercado diz que nossa dívida não vale 100% de seu valor, então por que deveríamos pagá-la integralmente?”, disse retoricamente.

Outro aspecto importante do plano era uma campanha de austeridade no Brasil para reduzir o exacerbado déficit público. “Eu jamais cortaria unilateralmente nossas dívidas com os credores sem um severo ajuste fiscal interno”, disse Bresser. “Seria injusto e ineficiente, seria populismo.”

Bresser disse que o plano abortou em dezembro de 1987, virtualmente na véspera de seu anúncio, quando demitiu-se do Ministério depois de um conflito com o presidente sobre a reforma econômica interna que demandava profundos cortes nas despesas governamentais.

Bresser foi sucedido por Mailson da Nóbrega, um conservador fiscal que apaziguou as relações conflitantes com os credores, finalizou uma longa moratória da dívida e em setembro de 1988 concluiu um acordo convencional sobre a dívida com os bancos credores. Bresser considera esse acordo prejudicial ao Brasil, condenando-o à estagnação e a inflação.

Bresser disse que o plano do Brasil e da Argentina originou-se

da frustração com a comunidade financeira internacional. Durante todo o ano de 1987, a Argentina sofreu uma perda em suas reservas e enfrentou obrigações sobre a dívida maiores que o dobro de seu superávit comercial.

No Brasil, prossegue, “Eu esperei para desenvolver esse plano por tanto tempo porque queria tentar uma negociação convencional, porque queria demonstrar a boa-fé do Brasil em negociar, mas era praticamente impossível qualquer progresso. Os bancos não concordavam com nada. Tudo o que queriam era seu dinheiro de volta”.

Bresser disse que o México, o segundo maior devedor da América Latina, não estava informado sobre o plano por causa “da grande fronteira e das relações difíceis” com os Estados Unidos.

**Carlos Alberto Sardenberg** é jornalista, tendo trabalhado em *O Estado de S. Paulo*, revista *IstoÉ* e *Veja*. Foi assessor do Ministro do Planejamento João Sayad, 1985/87. Escreveu *Aventura e Agonia — nos bastidores do Cruzado*, Companhia das Letras, 1987. É editor do Informe Econômico do *Jornal do Brasil* desde novembro de 1988.

**Luiz Carlos Bresser Pereira** é paulista, formou-se em Direito pela USP, obteve seu Master of Business Administration na Michigan State University. Doutourou-se em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP, onde em 1984 obteve o título de Livre-Docente. É professor da Fundação Getúlio Vargas.

Publicou inúmeros artigos em revistas acadêmicas sobre Economia e Ciência Política. É autor de muitos livros, tendo vários traduzidos para o inglês, o japonês e o espanhol. Entre seus livros, quase todos publicados pela Editora Brasiliense, destacam-se: *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968); *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977); *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1980); *Inflação e Recessão* (1984); *Lucro, Acumulação e Crise* (1986); e *Dívida externa: crise e soluções* (1989).

Foi Secretário do Governo do Estado de São Paulo na administração Franco Montoro e Ministro da Fazenda do Governo Sarney de abril a dezembro de 1987.